

# **Serviços de interesse económico geral: Relatório em conformidade com a Decisão SIEG de 2012 e o Enquadramento SIEG de 2012**

## **1. PANORAMA DAS DESPESAS**

Preencher o seguinte quadro:

<b>Despesas públicas totais com SIEG por base jurídica (em milhões de EUR)</b>		
	2016	2017
<b><i>Compensação por serviços de interesse económico geral (1+2)</i></b>	49,668	45,097
1) Compensação concedida com base na Decisão SIEG	0,75	4,53
2) Compensação concedida com base no Enquadramento SIEG	48,918	40,567
<b>Não obrigatório:</b> Se o seu Estado-Membro não tiver concedido auxílios estatais para a prestação de SIEG em determinados setores com base na Decisão SIEG ou no Enquadramento SIEG, seriam muito úteis quaisquer informações sobre outros instrumentos para assegurar a prestação desses serviços. Se possível, fornecer uma breve descrição desses instrumentos (por exemplo, auxílio direto aos utilizadores, compensação que respeita os quatro critérios Altmark, auxílio <i>de minimis</i> no âmbito dos SIEG, etc.) e dos setores em que são utilizados.		

## **2. DESCRIÇÃO DA APLICAÇÃO DA DECISÃO SIEG DE 2012**

**Estruturar esta parte do relatório de acordo com as seguintes secções:**

- 1) Hospitais [artigo 2.º, n.º 1, alínea b)]
- 2) Serviços sociais [artigo 2.º, n.º 1, alínea c)]
  - a) Cuidados de saúde e cuidados prolongados
  - b) Cuidados infantis
  - c) Acesso e reintegração no mercado de trabalho
  - d) Habitação social
  - e) Cuidados e inclusão social de grupos vulneráveis
- 3) Ligações aéreas ou marítimas com ilhas com um tráfego médio anual não superior ao limite estabelecido no artigo 2.º, n.º 1, alínea d)
- 4) Aeroportos e portos com um tráfego médio anual não superior ao limite estabelecido no artigo 2.º, n.º 1, alínea e)

- 5) Compensações SIEG não superiores a um total anual de 15 milhões de EUR [artigo 2.º, n.º 1, alínea a)]
  - i. Serviços postais
  - ii. Energia
  - iii. Recolha de resíduos
  - iv. Abastecimento de água
  - v. Cultura

**5. Compensações SIEG não superiores a um total anual de 15 milhões de EUR [artigo 2.º, n.º 1, alínea a)]- iii.Recolha de resíduos**

**PO SEUR Resíduos**

<b>Descrição clara e completa do modo como os respetivos serviços estão organizados no seu Estado-Membro</b>
<p><b>Explicar que tipo de serviços no respetivo setor foram definidos como SIEG no seu Estado-Membro. Enumerar de forma tão clara quanto possível os conteúdos dos serviços atribuídos como SIEG.</b></p> <p>No âmbito do PO SEUR são apoiados investimentos inerentes ao serviço público de valorização de resíduos urbanos, isto é, resíduos domésticos produzidos pelos cidadãos e também por pequenos produtores, com uma produção diária inferior a 1.100 litros/dia (por exemplo cafés, comércio, restauração, etc), e que se destinem a ações de prevenção da produção ou de reciclagem material e/ou orgânica, com vista à sua valorização.</p> <p>Para serem elegíveis, os investimentos têm que se enquadrar na estratégia nacional e comunitária em vigor para o setor dos resíduos urbanos, nomeadamente definida na Diretiva Quadro de Resíduos (DQR) e no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), aprovado pela Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro, de modo a contribuir para as exigentes metas nacionais e comunitárias de preparação para reutilização e reciclagem e de desvio de aterro dos resíduos urbanos biodegradáveis.</p> <p>Os potenciais beneficiários do domínio da “Valorização de Resíduos Urbanos” do POSEUR, são exclusivamente entidades gestoras de resíduos urbanos, que prestam o serviço público de valorização de resíduos urbanos, e que atuam no mercado regulado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).</p> <p>O financiamento público resultante do Fundo de Coesão atribuído pelo POSEUR reverte integralmente a favor da tarifa cobrada pelo beneficiário aos utilizadores finais, independentemente de estar em causa um sistema municipal ou multimunicipal de gestão de resíduos urbanos, de natureza pública, mista ou privada, e independentemente do modelo de</p>

gestão adotado.

Os beneficiários do Programa atuarão sempre como meros intermediários do financiamento em causa, uma vez que, nos termos do Regulamento Tarifário da ERSAR, estão obrigados a incluir no cálculo da tarifa do serviço de gestão de resíduos, os subsídios que lhes forem atribuídos pelo POSEUR, revertendo para os utilizadores finais a vantagem associada ao referido financiamento público.

A título de exemplo, as tipologias dos projetos financiados pelo PO SEUR destinam-se, como referido, à valorização dos resíduos urbanos, e são as seguintes:

- Ações para a prevenção da produção e perigosidade dos resíduos, incluindo quer ações de educação e sensibilização, quer estudos que se revelem necessários, com o enfoque nos primeiros patamares da pirâmide da gestão de resíduos;
- Investimentos com vista ao aumento da quantidade e qualidade da reciclagem multimaterial, nomeadamente através da otimização e reforço das redes de recolha seletiva existentes, otimização e reforço das infraestruturas de triagem multimaterial, sistema de recolha seletiva porta -a -porta e sistemas Pay -As- You - Throw (PAYT);
- Investimentos com vista ao aumento da valorização orgânica de resíduos, através do reforço e otimização do tratamento mecânico e/ou biológico (TMB), sistemas de recolha seletiva de RUB, de compostagem doméstica de RUB e de valorização do composto;

**Explicar as formas de atribuição (habituais). Anexar os modelos normalizados para as atribuições para um determinado setor, caso existam.**

A forma habitual de atribuição dos financiamentos é através de avisos-concurso, com dotações máximas indicativas de Fundo Coesão definidas, e o processo de seleção das candidaturas resulta da avaliação de mérito efetuada às mesmas, através da aplicação dos critérios de seleção definidos nos Avisos, os quais respeitam o Programa Operacional e foram previamente aprovados pelo Comité de Acompanhamento do PO SEUR.

Anexa-se um exemplo de uma Decisão Favorável de Financiamento emitida pelo PO SEUR.

**Duração média da atribuição (em anos) e proporção de atribuições com uma duração superior a 10 anos (em %) por setor. Especificar em que setores foram atribuídos SIEG com uma duração superior a 10 anos e explicar a forma como esta duração é justificada?**

A duração média de atribuição dos financiamentos pelo PO SEUR é de 3 anos, não se prevendo atribuições de financiamentos superiores a 10 anos no domínio da Valorização dos Resíduos Urbanos.

**Explicar se (habitualmente) são concedidos direitos exclusivos ou especiais às empresas.**

No âmbito do PO SEUR não são concedidos direitos exclusivos ou especiais às empresas.

**Quais os instrumentos de auxílio utilizados (subvenções diretas, garantias, etc.)?**

Os apoios a conceder revestem a natureza de subvenções não reembolsáveis, e a taxa máxima de cofinanciamento de Fundo de Coesão é de 85%, incidindo sobre o total das despesas elegíveis.

De referir ainda que o Investimento considerado como Elegível, corresponde às Despesas Elegíveis, abatidas, no caso dos “Projetos geradores de receitas”, das Receitas Líquidas que se preveem obter na fase de exploração e que foram tidos em conta nos respetivos Estudos de Viabilidade Financeira (EVF) de cada projeto.

**Mecanismo de compensação habitual no que respeita aos respetivos serviços e se é utilizada uma metodologia baseada na imputação de custos ou nos custos líquidos evitados.**

Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, apenas são elegíveis as despesas indispensáveis à concretização das operações aprovadas, resultantes dos custos reais incorridos com a realização da operação, previstas nos artigos 7.º e 92.º do Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR), adotado pela Portaria n.º 57 - B/2015, de 27 de fevereiro, na sua atual redação.

**Medidas habituais destinadas a evitar eventuais sobrecompensações e respetivas modalidades de reembolso.**

Conforme referido, o financiamento público resultante do Fundo de Coesão associado ao POSEUR reverte integralmente a favor da tarifa cobrada pelo beneficiário aos utilizadores finais, independentemente de estar em causa um sistema municipal ou multimunicipal de gestão de resíduos urbanos, de natureza pública, mista ou privada e independentemente do modelo de gestão adotado.

Os beneficiários do Programa atuarão sempre como meros intermediários do financiamento em causa, uma vez que, nos termos do Regulamento Tarifário da ERSAR, estão obrigados a incluir no cálculo da tarifa do serviço de gestão de resíduos, os subsídios que lhes forem atribuídos pelo POSEUR revertendo para os utilizadores finais a vantagem associada ao referido financiamento público.

A ERSAR, sem prejuízo da competência de outras entidades, e no exercício das suas atribuições e competências legais no domínio da gestão de resíduos urbanos, nomeadamente de regulação comportamental em matéria económica, e para os apoios financeiros concedidos às entidades gestoras de resíduos urbanos que vierem a ser comunicados pelo POSEUR à ERSAR, comunicará tempestiva e cumulativamente à Autoridade de Gestão do POSEUR qualquer medida adotada por um beneficiário que coloque formal ou materialmente, direta ou indiretamente, em causa o acima exposto, para que a Autoridade de

<p>Gestão possa, sempre que se revele necessário, corrigir o apoio a investimentos realizados no âmbito do PROGRAMA, incluindo, mas não limitado a, devolução integral do financiamento aprovado ou atribuído acrescido de juros.</p>	
<p>Uma breve explicação da forma como estão a ser cumpridos os requisitos de transparência (ver artigo 7.º da Decisão SIEG de 2012) para os auxílios superiores a 15 milhões de EUR a empresas que também têm atividades fora do âmbito do SIEG. Na resposta, incluir também alguns exemplos relevantes de informações publicadas para o efeito (por exemplo, algumas ligações a sítios Web ou outras referências), indicar se existe um sítio Web central onde são publicadas estas informações para todas as medidas de auxílio em causa no seu Estado-Membro (e, em caso afirmativo, fornecer uma ligação para esse sítio Web) ou, em alternativa, explicar se e de que forma a publicação tem lugar ao nível de concessão do auxílio (por exemplo, nível central, regional ou local).</p>	
<p>Não aplicável.</p>	
<p align="center"><b>Montante de auxílio concedido</b></p>	
<p><b>Montante total do auxílio concedido (em milhões de EUR)</b><sup>6</sup>. Inclui todos os auxílios concedidos no território português, nomeadamente os auxílios concedidos pelas autoridades regionais e locais. (A+B+C)</p>	
<b>2016</b>	<b>2017</b>
0,00	3,78
<p><b>A: Montante total do auxílio concedido (em milhões EUR) pago pelas autoridades centrais nacionais</b><sup>7</sup></p>	
<b>2016</b>	<b>2017</b>
0,00	3,78
<p><b>B: Montante total do auxílio concedido (em milhões EUR) pago pelas autoridades regionais</b><sup>8</sup></p>	
<b>2016</b>	<b>2017</b>
-	-
<p><b>C: Montante total do auxílio concedido (em milhões EUR) pago pelas autoridades locais</b><sup>9</sup></p>	
<b>2016</b>	<b>2017</b>
-	-
<p><b>Parte da despesa por instrumento de auxílio</b> (subvenção direta, garantias, etc.) (se disponível)</p>	
<b>2016</b>	<b>2017</b>

0,00	3,78 (Fundo perdido)
<b>Informações quantitativas adicionais (por exemplo, número de beneficiários por setor, montante médio de auxílio, dimensão das empresas)<sup>10</sup></b>	
<b>2016</b>	<b>2017</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de Operações Aprovadas: 36</li> <li>• Montante de Fundo Coesão Aprovado: 50,3 M€;</li> <li>• N.º de Beneficiários: 27</li> <li>• Tipos de Beneficiários: Municípios e Associações de Municípios (21); Empresas municipais ou intermunicipais (6)</li> <li>• Montante médio de FC aprovado por Operação: 1,4 M€/operação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de Operações Aprovadas: 58</li> <li>• Montante de Fundo Coesão Aprovado: 126,7 M€;</li> <li>• N.º de Beneficiários: 40</li> <li>• Tipos de Beneficiários: Municípios e Associações de Municípios (20); Empresas municipais ou intermunicipais (8); Concessionárias multimunicipais (12)</li> <li>• Montante médio de FC aprovado por Operação: 2,185 M€/operação</li> </ul>

**5. Compensações SIEG não superiores a um total anual de 15 milhões de EUR [artigo 2.º, n.º 1, alínea a)] - V. Cultura**

**Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, SA.**

<b>Descrição clara e completa do modo como os respetivos serviços estão organizados no seu Estado-Membro</b>	
Explicar que tipo de serviços no respetivo setor foram definidos como SIEG no seu Estado-Membro. Enumerar de forma tão clara quanto possível os <b>conteúdos dos serviços atribuídos como SIEG</b> .	Contrato Programa entre a Região Autónoma dos Açores e o Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, SA.
Explicar das <b>formas</b> (habituais) <b>de atribuição</b> . Se forem utilizados modelos normalizados para as atribuições para um determinado setor, é favor anexá-los.	A 13 de abril de 2018 foi celebrado entre a Região Autónoma dos Açores e a TEATRO MICAELENSE - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS, SA, um contrato-programa tendo por objeto regular os termos em que se desenvolve a colaboração entre a Região e a sociedade, com vista à concretização do plano anual de ações para o desenvolvimento da oferta cultural, da sua diversificação e promoção da Região.
Explicar a <b>duração</b> (habitual) <b>da atribuição</b> e a variação das durações das atribuições. Indicar também a proporção de atribuições com uma duração superior a	Anualmente a região fixa, por despacho conjunto dos secretários regionais com competências nas áreas das finanças e da cultura, o montante das verbas a transferir para a concessionária. Para o ano de 2018 o

10 anos.	Contrato-programa teve o valor de 825.000,00€.
Explicar se (habitualmente) são concedidos <b>direitos exclusivos ou especiais</b> às empresas.	Não.
Explicar o <b>mecanismo de compensação</b> (habitual) no que respeita aos respetivos serviços, incluindo o instrumento de auxílio (subvenção direta, garantia, etc.) utilizado, e se é utilizada a metodologia baseada na imputação de custos ou nos custos líquidos evitados.	A compensação financeira é efetuada através de Contrato-Programa, através da imputação de custos.
Explicar as <b>medidas</b> (habituais) <b>destinadas a evitar eventuais compensações excessivas e respetivas modalidades de reembolso.</b>	Das obrigações contratuais da TM SA resultam deveres especiais de informação, nomeadamente elaborar e enviar à Região relatórios semestrais e um relatório final sobre a execução do contrato
<b>Montante do auxílio concedido</b>	
<b>Montante total do auxílio concedido.</b> <u>Inclui todos os auxílios pagos no seu território, nomeadamente o auxílio pago pelas autoridades regionais e locais.</u>	2016: 750.000,00€; 2017: 750.000,00€
<b>Outras informações quantitativas</b>	

- vi. Serviços financeiros
- vii. Outros setores (especificar)

### 3. DESCRIÇÃO DA APLICAÇÃO DO ENQUADRAMENTO SIEG DE 2012

**Estruturar esta parte do relatório de acordo com as seguintes secções:**

- 1) Compensação SIEG superior a 15 milhões de EUR, não abrangida pela Decisão SIEG (especificar a decisão da Comissão que aprova cada medida, se aplicável):
  - i. Serviços postais

- ii. Energia
- iii. Recolha de resíduos
- iv. Abastecimento de água
- v. Ligações aéreas ou marítimas com ilhas com um tráfego médio anual superior aos limites estabelecidos no artigo 2.º, n.º 1, alínea d)
- vi. Aeroportos e portos com um tráfego médio anual superior ao limite estabelecido no artigo 2.º, n.º 1, alínea e)
- vii. Cultura
- viii. Serviços financeiros
- ix. Outros setores (especificar)

**Para cada um dos elementos acima referidos, facultar informações nos moldes do quadro seguinte:**

**v. Ligações aéreas ou marítimas com ilhas com um tráfego médio anual superior ao limite estabelecido no artigo 2.º, n.º 1, alínea d)**

**Transporte aéreo e transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores**

**Descrição clara e completa do modo como os respetivos serviços estão organizados no seu Estado-Membro<sup>7</sup>**

Explicar que tipo de serviços no respetivo setor foram definidos como SIEG no seu Estado-Membro. Enumerar de forma tão clara quanto possível os **conteúdos dos serviços atribuídos como SIEG**.

Foram definidos como SIEG os seguintes serviços:

- a) serviço de transporte aéreo entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, com o objetivo de assegurar aos utentes serviços mínimos. Foram fixadas, entre outras, imposições ao nível de frequências, capacidade, categorias das aeronaves utilizadas, tarifas, continuidade, pontualidade, horários, comercialização dos voos e serviços postais;
- b) serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, com o objetivo de garantir a mobilidade entre todas as ilhas do arquipélago por via marítima. Foram fixadas imposições ao nível de frequências, categorias das embarcações utilizadas, tarifas e continuidade e pontualidade do serviço.

<sup>7</sup> Se, no seu Estado-Membro, apenas houver um pequeno número de SIEG individuais num determinado setor, apresentar uma descrição pormenorizada desses serviços. Se, no seu Estado-Membro, houver um grande número de serviços atribuídos num setor específico (por exemplo, devido ao facto de a competência caber às autoridades regionais ou locais), seria desproporcionado facultar informações individuais sobre as atribuições, embora continue a ser de importância crucial uma descrição geral clara e concisa do modo como o setor é organizado, incluindo as características comuns das atribuições individuais. Atendendo a que os casos abrangidos pelo Enquadramento SIEG serão em número limitado, a Comissão espera uma descrição pormenorizada de cada medida concreta.



Explicar as **formas de atribuição** (habituais). Anexar os modelos normalizados para as atribuições para um determinado setor, caso existam.

#### TRANSPORTE AÉREO

##### SATA AIR AÇORES, SA

Em setembro de 2015, na sequência da Resolução n.º 29/2015, de 12 de fevereiro, foi lançado um novo concurso público, que foi objeto de publicação no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2015/C 98/06, de 25 de março de 2015, na sequência do qual apenas a SATA Air Açores, SA se apresentou a concurso, tendo-lhe sido atribuída a concessão dos serviços aéreos regulares no interior da Região Autónoma dos Açores, por um período de 5 anos, mediante a assinatura de um Contrato a 4 de setembro de 2015.

#### TRANSPORTE MARÍTIMO

##### ATLÂNTICOLINE, SA

Em 25 de setembro de 2015 foi celebrado com a Atlânticoline o contrato de fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e de viaturas na Região Autónoma dos Açores, que engloba o serviço de transporte marítimo regular de passageiros e viaturas entre as ilhas do Faial, Pico e São Jorge e de passageiros entre as ilhas das Flores e Corvo, bem como o serviço de transporte marítimo sazonal de passageiros e viaturas, no período compreendido entre maio e setembro, entre todas as ilhas da Região, com exceção do Corvo. O anúncio do concurso destas obrigações de serviço público foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2015/S 136-250930 de 17 de julho de 2015. Apenas a Atlânticoline, SA., se apresentou a concurso, com uma proposta que cumpria com todas as obrigações de serviço público impostas, tendo-lhe sido atribuída a prestação deste serviço mediante contrato, datado de 25 de setembro de 2015, com início a 1 de novembro de 2015, tendo terminado a 31 de dezembro de 2016.

Em 27 de dezembro de 2016 foi lançado um novo procedimento concursal para o fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas na Região Autónoma dos Açores, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2016/S 251-462872 de 29 de dezembro de 2016. Mais uma vez apenas a Atlânticoline, SA., se apresentou a concurso, com uma proposta que cumpria com todas as obrigações de serviço público impostas, tendo-lhe sido atribuída a prestação deste serviço mediante contrato, datado de 23 de fevereiro de 2017, para o período de 32 meses, com possibilidade de prorrogação por um período máximo de 12 meses, com início a 1 de maio de 2017.

**Duração média da atribuição (em anos)** e proporção de atribuições com uma duração superior a 10 anos (em %) por setor. Especificar em que setores foram atribuídos SIEG com uma duração superior a 10 anos e explicar a forma como esta duração é justificada?

Os contratos celebrados têm as seguintes durações:

- a) serviço de transporte aéreo entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores: 5 anos;
- b) serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores: 32 meses, com possibilidade de prorrogação por um período máximo de 12 meses.

Explicar se (habitualmente) são concedidos **direitos exclusivos ou especiais** às empresas.

No caso do serviço de transporte aéreo entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores a concessionária goza do direito exclusivo de explorar as rotas objeto do Contrato celebrado a 4 de setembro de 2015 (possibilidade prevista no artigo 16.º, n.ºs 9 e 10 do Regulamento (CE) n.º 1008/2008).

No caso do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da

Região Autónoma dos Açores não são concedidos direitos exclusivos ou especiais à empresa que explora esse serviço.
<b>Quais os instrumentos de auxílio utilizados (subvenções diretas, garantias, etc.)?</b>
Subvenção direta.
<b>Mecanismo de compensação</b> habitual no que respeita aos respetivos serviços e se é utilizada uma metodologia baseada na imputação de custos ou nos custos líquidos evitados.
<p>Os contratos celebrados com as empresas prestadoras de serviços públicos de transporte aéreo e marítimo interilhas contêm cláusulas que visam impedir subvenções cruzadas, bem como permitir uma afetação correta dos custos e evitar compensações excessivas.</p> <p>É utilizada a metodologia baseada na imputação de custos, sendo a compensação financeira calculada:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) em função do défice de exploração determinado anualmente "ex-post" com base nos custos e proveitos devidamente justificados e efetivamente incorridos, no caso do contrato do serviço de transporte aéreo entre as ilhas;</li> <li>b) em função de um preço por passageiro transportado, no caso do contrato do serviço de transporte marítimo entre as ilhas.</li> </ul>
<b>Medidas habituais destinadas a evitar eventuais sobrecompensações e respetivas modalidades de reembolso.</b>
<p>A Região Autónoma dos Açores assegura que são realizados controlos regulares destinados a garantir que as empresas não recebem compensações superiores ao montante necessário para cobrir os custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público.</p> <p>A Região considera esta fiscalização perfeitamente adequada, enaltecendo a grande proximidade que tem com estas empresas do setor público empresarial regional por razões de tutela e superintendência e pelo facto de acompanhar muito proximamente o desenvolvimento da atividade das mesmas.</p> <p><b>SATA AIR AÇORES, SA</b></p> <p>As regras para atribuição do montante da compensação financeira à SATA Air Açores encontram-se criteriosamente estipuladas no Contrato. Para certificação do valor a pagar a concessionária remete à Região um relatório anual de execução da concessão, com informação detalhada sobre os elementos estipulados, bem como os procedimentos e critérios contabilísticos utilizados. O pagamento pela concedente é efetuado após cada trimestre, sendo que o pagamento relativo ao último trimestre de cada ano só será disponibilizado após o apuramento do montante exato da compensação devida e corresponderá à diferença entre o referido montante e o somatório dos pagamentos já efetuados. Caso o saldo correspondente ao último trimestre de cada ano seja a favor da concedente, será objeto de compensação no trimestre imediatamente a seguir, salvo o último trimestre da concessão, que será objeto de reembolso.</p> <p>Neste Contrato é enquadrável para efeito de reposição de equilíbrio financeiro da concessão, na medida do excesso dos prejuízos sofridos, a ocorrência de alteração anormal e imprevisível das condições em que se baseou a proposta de que resulte substancial aumento de encargos, designadamente as seguintes situações e apenas na medida do excesso dos prejuízos sofridos nas percentagens superiores a 17% da variação do preço médio de combustível dos últimos 24 meses anteriores à celebração do Contrato, de 15% da cotação média do dólar face ao euro</p>

relativamente ao ano da celebração do contrato e da variação no valor dos prémios de seguros superior à taxa de inflação do ano anterior.

#### ATLÂNTICOLINE, SA

As regras para atribuição do montante da compensação financeira à Atlânticoline, SA, encontram-se criteriosamente estipuladas no Contrato. No final de cada ano civil, o adjudicatário deve remeter à entidade adjudicante um relatório final do serviço prestado, certificado por um Revisor Oficial de Contas, o qual deve conter informação relativa: ao cumprimento das obrigações de serviço público; ao número de passageiros transportados por cada um dos serviços de transporte marítimo e por cada tipo de tarifa; e aos rendimentos dos serviços de transporte marítimo, discriminando-se autonomamente o valor do rendimento gerado pela venda de bilhetes e por tipo de tarifa.

No final de cada ano civil é efetuado o ajustamento do preço anual face ao número de passageiros transportados, e tendo por base o referido relatório final do serviço prestado apresentado pelo adjudicatário. Caso se apure no final de cada ano civil um saldo a favor da entidade adjudicante, haverá lugar a compensação na prestação mensal do ano seguinte, salvo no último ano civil, em que tal quantia será objeto de reembolso.

Neste Contrato é enquadrável para efeito de reposição de equilíbrio financeiro da prestação de serviços, as situações em que seja determinada pela entidade adjudicante uma modificação unilateral do Contrato ou das obrigações de serviço público, desde que, em resultado direto da mesma, se verifique, para o adjudicatário, um aumento dos gastos ou uma perda de rendimentos.

Uma breve explicação da forma como estão a ser cumpridos os **requisitos de transparência** (ver ponto 60 do Enquadramento SIEG de 2012). Na resposta, incluir também alguns exemplos relevantes de informações publicadas para o efeito (por exemplo, algumas ligações a sítios Web ou outras referências), indicar se existe um sítio Web central onde são publicadas estas informações para todas as medidas de auxílio em causa no seu Estado-Membro (e, em caso afirmativo, fornecer uma ligação para esse sítio Web) ou, em alternativa, explicar se e de que forma a publicação tem lugar ao nível de concessão do auxílio (por exemplo, nível central, regional ou local).

A formação e execução dos contratos são publicadas no Portal base (<http://www.base.gov.pt/Base/pt/Homepage>).

#### Montante de auxílio concedido

**Montante total do auxílio concedido (em milhões de EUR)<sup>8</sup>. Inclui todos os auxílios concedidos no território português, nomeadamente os auxílios concedidos pelas autoridades regionais e locais. (A+B+C)**

2016	2017
44.566.430,50€	32.305.497,85€
<b>A: Montante total do auxílio concedido (em milhões EUR) pago pelas autoridades centrais nacionais<sup>9</sup></b>	
2016	2017

<sup>8</sup> Tal como estipulado no ponto 62, alínea b), do Enquadramento SIEG de 2012.

<sup>9</sup> Se o montante de auxílio não puder ser repartido entre as autoridades centrais, regionais e locais, apenas deve ser comunicado o montante total do auxílio concedido para todas as autoridades.

0,00	0,00
<b>B: Montante total do auxílio concedido (em milhões EUR) pago pelas autoridades regionais<sup>10</sup></b>	
<b>2016</b>	<b>2017</b>
Aéreos: 34.567.775,50€ Marítimos: 9.998.655,00€	Aéreos: 24.363.215,10€ Marítimos: 7.942.282,75€
<b>C: Montante total do auxílio concedido (em milhões EUR) pago pelas autoridades locais<sup>11</sup></b>	
<b>2016</b>	<b>2017</b>
0,00€	0,00€
<b>Parte da despesa por instrumento de auxílio (subvenção direta, garantias, etc.) (se disponível)</b>	
<b>2016</b>	<b>2017</b>
Subvenção direta: Aéreos: 34.567.775,50€ Marítimos: 9.998.655,00€	Subvenção direta: Aéreos: 24.363.215,10€ Marítimos: 7.942.282,75€
<b>Informações quantitativas adicionais (por exemplo, número de beneficiários por setor, montante médio de auxílio, dimensão das empresas)<sup>16</sup></b>	
<b>2016</b>	<b>2017</b>
Os beneficiários dos serviços de interesse económico geral nos setores dos transportes aéreos e marítimos são os cidadãos (cfr., anexo I – movimento de passageiros aéreo e marítimo interilhas). A Atlânticoline, SA, tem um efetivo de 100 trabalhadores. A SATA Air Açores é uma empresa com um efetivo médio de 697 trabalhadores.	Os beneficiários dos serviços de interesse económico geral nos setores dos transportes aéreos e marítimos são os cidadãos (cfr., anexo I – movimento de passageiros aéreo e marítimo interilhas). A Atlânticoline, SA, tem um efetivo de 100 trabalhadores. A SATA Air Açores é uma empresa com um efetivo médio de 697 trabalhadores.

**vi. Aeroportos e portos com um tráfego médio anual superior ao limite estabelecido no artigo 2.º, n.º 1, alínea e)**

**Açores – serviços aeroportuários de apoio à aviação civil nos aeródromos regionais e requalificação, modernização e construção de infraestruturas portuárias**

<sup>10</sup> Ver nota de rodapé 13.

<sup>11</sup> Ver nota de rodapé 13.

## **Descrição clara e completa do modo como os respetivos serviços estão organizados no seu Estado-Membro<sup>12</sup>**

Explicar que tipo de serviços no respetivo setor foram definidos como SIEG no seu Estado-Membro. Enumerar de forma tão clara quanto possível os **conteúdos dos serviços atribuídos como SIEG**.

Foram definidos como SIEG os seguintes serviços:

- a) serviços aeroportuários de apoio à aviação civil nos aeródromos regionais;
- b) requalificação, modernização e construção de infraestruturas portuárias.

Explicar as **formas de atribuição** (habituais). Anexar os modelos normalizados para as atribuições para um determinado setor, caso existam.

A responsabilidade pela gestão do serviço de interesse económico geral foi confiada às empresas do setor público empresarial conforme abaixo se enuncia.

### **AEROPORTOS**

SATA GESTÃO DE AERÓDROMOS, SA

A concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos Aeródromos do Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge e Aerogare das Flores foi atribuída à SATA – Gestão de Aeródromos, SA, mediante Contrato datado de 1 de julho de 2005 e celebrado na sequência da Resolução do Conselho de Governo n.º 102/2005, de 16 de junho, por um período de dez anos, renovável por períodos de 5 anos, até ao limite máximo de 20 anos. Pela Resolução n.º 103/2016, de 25 de maio, foi renovado o contrato pelo período de 5 anos, até 1 de julho de 2020.

### **PORTOS**

PORTOS DOS AÇORES, SA

Pelo Decreto Legislativo Regional n.º 30/2003/A, de 27 de junho foram criadas as 3 administrações portuárias regionais (APSM - Administração dos Portos das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria, S.A; APTO - Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S.A; e APTG - Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A), as quais, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto, foram incorporadas, por um processo de fusão, na empresa Portos dos Açores, SA.

A Portos dos Açores, SA, é uma sociedade de capitais exclusivamente públicos que tem como missão a administração dos portos da Região Autónoma dos Açores, visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária.

Em 2016 foram celebrados, ao abrigo de Resoluções do Conselho de Governo, três contratos programa entre a Região Autónoma dos Açores (RAA) e a Portos dos Açores, S.A., para as

---

<sup>12</sup> Se, no seu Estado-Membro, apenas houver um pequeno número de SIEG individuais num determinado setor, apresentar uma descrição pormenorizada desses serviços. Se, no seu Estado-Membro, houver um grande número de serviços atribuídos num setor específico (por exemplo, devido ao facto de a competência caber às autoridades regionais ou locais), seria desproporcionado facultar informações individuais sobre as atribuições, embora continue a ser de importância crucial uma descrição geral clara e concisa do modo como o setor é organizado, incluindo as características comuns das atribuições individuais. Atendendo a que os casos abrangidos pelo Enquadramento SIEG serão em número limitado, a Comissão espera uma descrição pormenorizada de cada medida concreta.

<p>seguintes obras: requalificação do porto das Poças, construção rampa ro-ro no porto Calheta S. Jorge e reforço do manto de proteção do molhe principal do porto de Ponta Delgada.</p> <p>Em 2017 foram também celebrados três contratos programa para as seguintes obras: aquisição e instalação de cabeços e defensas, reperfilamento do cais -10 (zh), repavimentação do terrapleno portuário e beneficiação das redes técnicas nele integradas e dragagem da bacia portuária do porto de Ponta Delgada e reparação dos danos causados pelo temporal de 27/28 de fevereiro de 2017 no porto da Madalena do Pico.</p>
<p><b>Duração média da atribuição (em anos)</b> e proporção de atribuições com uma duração superior a 10 anos (em %) por setor. Especificar em que setores foram atribuídos SIEG com uma duração superior a 10 anos e explicar a forma como esta duração é justificada?</p>
<p>Os contratos celebrados têm habitualmente as seguintes durações:</p> <p>a) serviços aeroportuários de apoio à aviação civil nos aeródromos regionais: 10 anos, com possibilidade de renovação por períodos de 5 anos, até ao limite máximo de 20 anos;</p> <p>b) requalificação, modernização e construção de infraestruturas portuárias: 1 a 4 anos.</p>
<p>Explicar se (habitualmente) são concedidos <b>direitos exclusivos ou especiais</b> às empresas.</p>
<p>Sim. Concretamente, o direito de administrar as infraestruturas legal ou contratualmente confiadas.</p>
<p>Quais os <b>instrumentos de auxílio</b> utilizados (subvenções diretas, garantias, etc.)?</p>
<p>Subvenção direta.</p>
<p><b>Mecanismo de compensação</b> habitual no que respeita aos respetivos serviços e se é utilizada uma metodologia baseada na imputação de custos ou nos custos líquidos evitados.</p>
<p>Todos os contratos celebrados com as empresas do setor público empresarial regional prestadoras de serviços públicos contêm cláusulas que visam impedir subvenções cruzadas, permitir uma afetação correta dos custos e evitar compensações excessivas.</p> <p>Para que o montante da compensação não ultrapasse o necessário para cobrir os custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações, nos contratos celebrados com as Administrações Portuárias Regionais, atual Portos dos Açores, SA são estipuladas cláusulas que determinam as verbas globais atribuídas e a condição do montante da comparticipação financeira a atribuir ser proporcionalmente reduzido, caso a empresa beneficie de apoio suplementar de outras formas de financiamento.</p> <p>No caso da SATA Gestão de Aeródromos, SA, foram definidos os encargos e investimentos da responsabilidade da concedente e estipulado que a concessionária deverá apresentar, anualmente, um plano de exploração para o ano seguinte indicando os equipamentos, obras de conservação/ manutenção ou ampliação a realizar nos aeródromos necessárias ao seu normal funcionamento e desenvolvimento, bem como a sua calendarização e respetivos custos, o qual é previamente aprovado pela concessionária.</p>
<p><b>Medidas</b> habituais <b>destinadas a evitar eventuais sobrecompensações e respetivas modalidades de reembolso.</b></p>
<p>A Região Autónoma dos Açores realiza e assegura que são realizados controlos regulares destinados a garantir que as empresas não recebem compensações superiores ao montante necessário para cobrir os custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público.</p> <p>A Região considera esta fiscalização perfeitamente adequada, enaltecendo a grande</p>

proximidade que tem com estas empresas do setor público empresarial regional por razões de tutela e superintendência e pelo facto de acompanhar muito proximamente o desenvolvimento da atividade das mesmas.

#### SATA – GESTÃO DE AERÓDROMOS, SA

A SATA – Gestão de Aeródromos, SA enquanto concessionária do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos aeródromos regionais tem a obrigação de apresentar, para aprovação da concedente, um plano de exploração para o ano seguinte, até ao final do mês de julho do ano anterior, indicando os equipamentos, as obras de conservação/manutenção/ampliação que pretende efetuar nos aeródromos concessionados, necessários ao seu normal desenvolvimento, bem como a sua calendarização e respetivos custos. Como contrapartida da prestação de serviços, a concessionária tem direito a receber as compensações financeiras estipuladas no Contrato.

Neste mesmo Contrato encontra-se estipulado que a SATA – Gestão de Aeródromos, SA assume os riscos da concessão, podendo, no entanto, haver lugar à reposição do equilíbrio financeiro, em casos de força maior por eventos imprevisíveis e irresistíveis exteriores à concessionária e que tenham um impacto direto negativo sobre a concessão ou em casos de alteração anormal e imprevisível das condições em que se baseou a proposta, de que resulte substancial aumento de encargos. A reposição do equilíbrio financeiro da concessão será operada mediante a atribuição de uma compensação direta à concessionária pela concedente, devendo a concessionária notificar a concedente da ocorrência de qualquer evento que possa dar lugar à reposição do equilíbrio financeiro da concessão, no prazo máximo de dez dias seguintes à sua ocorrência.

Das obrigações contratuais da SATA – Gestão de Aeródromos, SA, constam as de fornecer à concedente todos os elementos relativos à concessão que esta entenda dever solicitar-lhe e permitir o livre acesso das entidades fiscalizadoras, desde que devidamente identificadas a quaisquer instalações e equipamentos, dentro das áreas concessionadas.

#### PORTOS DOS AÇORES, SA

O controlo da aplicação das verbas disponibilizadas no âmbito dos contratos celebrados com a Portos dos Açores, S.A. e a sua adequação aos fins propostos exerce-se, nomeadamente, através da obrigação desta entidade de prestar a informação e os esclarecimentos que lhes for solicitado pela Região, com a periodicidade que esta entender conveniente, assim como de se submeter às avaliações e/ou auditorias realizadas pela Região ou por quem ela designar para o efeito.

A Portos dos Açores, SA, obriga-se, ainda, a elaborar e a enviar à Região relatórios intercalares anuais, bem como relatórios finais sobre a execução dos contratos e a incluir no seu plano anual de atividades uma referência expressa ao estado de execução dos contratos celebrados.

Uma breve explicação da forma como estão a ser cumpridos os **requisitos de transparência** (ver ponto 60 do Enquadramento SIEG de 2012). Na resposta, incluir também alguns exemplos relevantes de informações publicadas para o efeito (por exemplo, algumas ligações a sítios Web ou outras referências), indicar se existe um sítio Web central onde são publicadas estas informações para todas as medidas de auxílio em causa no seu Estado-Membro (e, em caso afirmativo, fornecer uma ligação para esse sítio Web) ou, em alternativa, explicar se e de que forma a publicação tem lugar ao nível de concessão do auxílio (por exemplo, nível central, regional ou local).

Os contratos são aprovados por Resolução do Conselho do Governo, publicadas no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (<https://jo.azores.gov.pt/#/>).

<b>Montante de auxílio concedido</b>	
<b>Montante total do auxílio concedido (em milhões de EUR)<sup>13</sup>. Inclui todos os auxílios concedidos no território português, nomeadamente os auxílios concedidos pelas autoridades regionais e locais. (A+B+C)</b>	
<b>2016</b>	<b>2017</b>
4.351.999,14€	8.262.532,17€
<b>A: Montante total do auxílio concedido (em milhões EUR) pago pelas autoridades centrais nacionais<sup>14</sup></b>	
<b>2016</b>	<b>2017</b>
0,00	0,00
<b>B: Montante total do auxílio concedido (em milhões EUR) pago pelas autoridades regionais<sup>15</sup></b>	
<b>2016</b>	<b>2017</b>
Aeroportos: 3.925.049,65€ Portos: 426.949,49€	Aeroportos: 7.717.280,17€ Portos: 545.252,00€
<b>C: Montante total do auxílio concedido (em milhões EUR) pago pelas autoridades locais<sup>16</sup></b>	
<b>2016</b>	<b>2017</b>
0,00	0,00
<b>Parte da despesa por instrumento de auxílio (subvenção direta, garantias, etc.) (se disponível)</b>	
<b>2016</b>	<b>2017</b>
Subvenção direta: Aeroportos: 3.925.049,65€ Portos: 426.949,49€	Subvenção direta: Aeroportos: 7.717.280,17€ Portos: 545.252,00€
<b>Informações quantitativas adicionais (por exemplo, número de beneficiários por setor, montante médio de auxílio, dimensão das empresas)<sup>16</sup></b>	
<b>2016</b>	<b>2017</b>
Os beneficiários dos serviços de interesse económico geral nos aeroportos e portos são os cidadãos e empresas. A Portos dos Açores, SA, é uma pequena e média empresa com um efetivo médio de 274 trabalhadores. A SATA Gestão de Aeródromos, SA é uma pequena empresa com um efetivo médio de 24	Os beneficiários dos serviços de interesse económico geral nos aeroportos e portos são os cidadãos e empresas. A Portos dos Açores, SA, é uma pequena e média empresa com um efetivo médio de 279 trabalhadores. A SATA Gestão de Aeródromos, SA é uma pequena empresa com um efetivo médio de 24

<sup>13</sup> Tal como estipulado no ponto 62, alínea b), do Enquadramento SIEG de 2012.

<sup>14</sup> Se o montante de auxílio não puder ser repartido entre as autoridades centrais, regionais e locais, apenas deve ser comunicado o montante total do auxílio concedido para todas as autoridades.

<sup>15</sup> Ver nota de rodapé 13.

<sup>16</sup> Ver nota de rodapé 13.



trabalhadores.	trabalhadores.
----------------	----------------

#### 4. DENÚNCIAS DE TERCEIROS INTERESSADOS

Apresentar uma panorâmica das denúncias apresentadas por terceiros, em especial ações intentadas junto dos tribunais nacionais, no que se refere às medidas abrangidas pelo âmbito de aplicação da Decisão SIEG de 2012 ou do Enquadramento SIEG de 2012. Responder da forma o mais precisa possível e incluir o setor objeto de mais denúncias, respetivos conteúdos e seguimento eventualmente dado pelas autoridades portuguesas ou o resultado provável dos processos judiciais.

Em 2015 um grupo de empresas privadas de gestão de resíduos, não atuantes no mercado regulado do serviço público de resíduos urbanos apresentou uma queixa/denuncia junto da DG Concorrência (processo SA.40963) alegando a necessidade de aprofundar a definição dos limites entre o mercado regulado de serviço publico de gestão de resíduos urbanos e o mercado não regulado de resíduos, o qual é aberto a todas as empresas privadas que atuam no setor.

Na sequência de diversas diligências efetuadas pelo Estado português, foi celebrado, em 01/08/2017, um memorando de entendimento entre o Ministério do Ambiente e as empresas queixosas com vista a resolução do diferendo.

Nesta sequência, a queixa/denúncia foi retirada, ficando a mesma sem efeito.

#### 5. QUESTÕES DIVERSAS

- a. Indicar se as autoridades portuguesas tiveram dificuldades na aplicação da Decisão SIEG de 2012, considerando, nomeadamente, as seguintes questões:

- elaboração de um ato de atribuição em conformidade com o artigo 4.º da Decisão SIEG;
- especificação do montante da compensação em conformidade com o artigo 5.º da Decisão SIEG;
- determinação do nível de lucro razoável em conformidade com artigo 5.º, n.ºs 5 a 8, da Decisão SIEG;
- controlo regular da sobrecompensação, tal como exigido pelo artigo 6.º da Decisão SIEG;

Responder da forma o mais precisa possível e incluir exemplos pertinentes e, se for caso disso, o setor onde as dificuldades são (mais) relevantes.

**Nada a referir.**

<sup>16</sup> A Comissão gostaria de receber quaisquer dados existentes sobre os auxílios concedidos nos termos do Enquadramento SIEG de 2012, por exemplo, número de beneficiários por setor, montante médio do auxílio, montante por instrumento de auxílio, dimensão das empresas, etc. Se, no seu Estado-Membro, essas outras informações quantitativas não estiverem facilmente disponíveis, elas podem, obviamente, ser apresentadas de forma mais agregada e/ou por estimativa. Nesse caso, indicar que foram utilizadas estimativas e o tipo de agregação efetuada.

b. Indicar se as autoridades portuguesas tiveram dificuldades na aplicação do Enquadramento SIEG de 2012, considerando, nomeadamente, as seguintes questões:

- realização de uma consulta pública, em conformidade com o ponto 14 do Enquadramento SIEG;
- cumprimento das regras em matéria de contratos públicos, em conformidade com o ponto 19 do Enquadramento SIEG;
- determinação dos custos líquidos evitados, tal como exigido pelos pontos 25 a 27 do Enquadramento SIEG;
- determinação do nível de lucro razoável em consonância com os pontos 33 a 38 do Enquadramento SIEG;

Responder da forma o mais precisa possível e incluir exemplos pertinentes e, se for caso disso, o setor onde as dificuldades são (mais) relevantes.

**Nada a referir.**

c. Incluir no relatório quaisquer outras observações sobre a aplicação da Decisão SIEG e do Enquadramento SIEG sobre outros aspetos para além dos abordados nas perguntas anteriores.

**Nada a referir.**

---

## ANEXO I

### Movimento de passageiros no transporte aéreo interilhas

Ano	Ilha	Passageiros (Nº)		
		Embarcados	Desembarcados	Trânsito
2016	<b>Total</b>	<b>592 557</b>	<b>591 108</b>	<b>61 675</b>
	Santa Maria	35 594	32 241	375
	São Miguel	200 130	205 675	4 907
	Terceira	159 292	156 950	40 725
	Graciosa	23 688	23 593	144
	São Jorge	31 961	31 590	445
	Pico	45 059	42 691	531
	Faial	66 105	67 826	13 447
	Flores	27 618	27 434	212
	Corvo	3 110	3 108	889
2017	<b>Total</b>	<b>646 552</b>	<b>645 521</b>	<b>72 387</b>
	Santa Maria	36 408	35 309	155
	São Miguel	225 061	224 790	3 483
	Terceira	171 931	170 388	49 824
	Graciosa	26 168	26 206	211
	São Jorge	35 653	35 897	508
	Pico	46 702	45 053	396
	Faial	69 118	72 206	17 496
	Flores	31 944	31 952	83
	Corvo	3 567	3 720	231

### Movimento de passageiros no transporte marítimo interilhas

Ilhas	Anos			
	2016		2017	
	Passageiros Embarcados	Passageiros Desembarcados	Passageiros Embarcados	Passageiros Desembarcados
Santa Maria	9 028	9 160	11 451	11 594
São Miguel	16 633	16 465	20 388	19 688
Terceira	17 104	16 925	18 513	18 836
Graciosa	4 261	4 339	4 929	4 957
São Jorge	42 252	43 367	48 818	48 887
Pico	236 521	236 251	244 693	245 043
Faial	224 247	223 548	232 096	231 897
Flores	3 007	2 904	2 989	3 013
Corvo	1 914	2 008	2 196	2 158
<b>Total</b>	<b>554 967</b>	<b>554 967</b>	<b>586 073</b>	<b>586 073</b>